

Aprovada na reunião de 27.06.2018
(Aprovada por unanimidade pelos membros
presentes)

Ata nº 3

Ao vigésimo quarto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, pelas onze horas, nas instalações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, (INSA), sito na Avenida Padre Cruz, em Lisboa, reuniu o Conselho Nacional de Saúde (CNS), criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto na Base VII da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Aprovação da ata da reunião de 25.10.2017
3. Aprovação do relatório de atividades de 2017
4. Plano de atividades para 2018

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes elementos:

Prof. Doutor Jorge Simões - Presidente do CNS
Profª Doutora Isabel Loureiro - Vice-Presidente do CNS
Dra. Maria da Piedade Líbano Monteiro - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger - APSA
Dr. José Manuel Boavida - Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal - APDP
Dra. Joaquina Castelão - Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas com Experiência de Doença Mental - FamiliarMente
Dra. Sofia Crisóstomo - Grupo de Activistas em Tratamentos - GAT
Carlos Braga - Movimento de Utentes de Serviços Públicos - MUSP
Prof. Doutor Miguel Viveiros Bettencourt - Ordem dos Biólogos
Enfermeira Ana Maria Leitão Pinto Fonseca - Ordem dos Enfermeiros
Prof. Doutora Ana Paula Martins - Ordem dos Farmacêuticos
Doutor Orlando Monteiro da Silva - Ordem dos Médicos Dentistas
Prof. Doutor Telmo Mourinho Baptista - Ordem dos Psicólogos
Dr. Alfredo Monteiro - Associação Nacional de Municípios Portugueses
Prof. Doutor Alexandre Castro Caldas - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
Prof. Doutora Conceição Bento - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
Prof. Doutor Carlos Maia - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
Dr. Rui San-Bento - Região Autónoma dos Açores
Dra. Dina Carvalho - Comissão Permanente de Concertação Social
Dr. João Almeida Lopes - Comissão Permanente de Concertação Social
Dr. Paulo Duarte - Comissão Permanente de Concertação Social
Dr. Manuel Lemos - União das Misericórdias Portuguesas
Prof. Doutor Jorge Soares - Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida

A Dra. Sofia Crisóstomo fez-se acompanhar por um assessor. Estiveram ainda presentes, como peritos, a Dra. Ana Pedroso, a Prof. Doutora Inês Fronteira, a Dra. Isa Alves e o Dr. Gonçalo Augusto.

O Presidente do CNS deu início à sessão com algumas informações:

- Instalações do CNS estão prontas, a funcionar e disponíveis para todos os membros do CNS
- Agradecimento expresso ao INSA e à sua direção, por todo o apoio prestado
- As biografias dos membros do CNS, a colocar no site do CNS, devem ter 650 caracteres no máximo, solicitando o envio à Dra. Isa Alves, das que não cumpram esse requisito.
- O Presidente e a Vice-Presidente do CNS tiveram uma audição na Comissão Parlamentar de Saúde, no dia 6 de dezembro, tendo os senhores deputados mostrado interesse e colocado questões sobre os estudos apresentados.

A Ata nº 2 foi posta à discussão para aprovação e aprovada por unanimidade.

O Relatório de Atividades de 2017 foi posto à discussão para aprovação e aprovado por unanimidade, devendo ser introduzida a participação institucional referente à audição na Comissão Parlamentar da Saúde de 6 de dezembro de 2017.

O Dr. Rui San-Bento informou que deu a conhecer o CNS ao Conselho Regional de Saúde dos Açores, em especial os trabalhos desenvolvidos e o respectivo site.

De seguida, iniciou-se a análise e o debate do último ponto da Ordem de Trabalhos: Plano de actividades para 2018.

Como intervenção do CNS, nas celebrações do Dia Mundial da Saúde, o Presidente sugeriu promover uma sessão com jovens, para discussão de diversos temas de saúde, eventualmente com a participação do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Nacional da Juventude.

De forma geral, os membros do CNS consideraram que a reflexão e a participação dos jovens teria muito interesse e concordaram em agendar o evento para o dia 6 de abril.

O Presidente do CNS sugeriu que se constituísse um grupo de trabalho para organizar o evento, constituído pela Dra Sofia Crisóstomo, Prof^a Doutora Alexandra Bento e Dr. Alfredo Monteiro ou o Dr. Pedro Cegonho ou algum representante da ANMP.

A Dra. Sofia Crisóstomo manifestou o gosto que tinha em participar, assim como o Dr. Alfredo Monteiro que reforçou o papel desenvolvido pelos municípios na promoção de estilos de vida saudáveis e na Rede das Cidades Saudáveis.

A Prof^a Doutora Alexandra Bento, não estando presente, ficou de ser contactada posteriormente.

De seguida, o Presidente referiu que, conforme solicitado na reunião plenária anterior, foram recolhidas as propostas enviadas pelos membros do CNS, tendo os contributos servido de base à elaboração do projecto integrado do estudo “Promoção do bem-estar e desenvolvimento saudável das crianças e jovens dos 0 aos 18 anos”, proposto para o plano de actividades. Pediu que se manifestassem, relativamente ao projecto global e a sectorização em três temas a serem trabalhados por três grupos: A: Saúde e Educação / B: Saúde, Economia e Direito / C: Saúde e Ambiente, o que permitiria a intervenção de vários conselheiros e peritos e tornaria exequível a sua concretização.

Informou ainda que a Prof^a Isabel Loureiro faria o acompanhamento desses três grupos, evitando repetições e veiculando informação, de forma a assegurar a coesão e a consistência do tema a apresentar.

O Presidente considerou ainda que o ideal seria promover um debate, a meio do desenvolvimento dos trabalhos e recolher contributos.

Entendeu que se pretendia ter um entendimento mais transversal, abordando as políticas públicas que tratam estas questões. Referiu a intervenção ímpar dos municípios e das freguesias, das ONGs e das IPSS e que a oportunidade de abordar este tema permitiria a intervenção de todos os interessados e o resultado final teria como destinatários naturais os decisores políticos, o mundo académico, os profissionais de saúde, as diversas associações da sociedade civil com foco intervenção nesta área.

De uma forma geral, os membros do CNS consideraram relevante o Estudo proposto e manifestaram a sua opinião colocando algumas questões sobre a metodologia e os conteúdos. Foi levantada a questão de dividir o Estudo em 2 grupos etários: dos 0/10 anos e dos 11/18 anos, por se considerar que têm especificidades diferentes.

Aceite a proposta inicial do Estudo “Promoção do bem-estar e desenvolvimento saudável das crianças e jovens dos 0 aos 18 anos”, teceram-se algumas considerações: o Doutor Orlando Monteiro da Silva mencionou a importância no desenvolvimento do ser humano da saúde oral; O Dr. José Manuel Boavida referiu que era necessária a inclusão das pessoas com doença, mas era omissa a promoção do bem-estar, tendo a Dra. Sofia Crisóstomo acrescentado que a Agenda 2030 das Nações Unidas recomenda políticas de promoção da saúde e que o Estudo deveria abranger as doenças transmissíveis, como é o caso da infeção VIH.

A Dra. Sofia Crisóstomo manifestou ainda a preocupação de que o trabalho produzido pelo CNS tivesse eficácia e que o Governo deveria ser questionado, no sentido da intervenção do CNS. Referiu ainda a preocupação de que o CNS não substituisse a academia e que seria aconselhável que os grupos de trabalho tivessem perspectivas e conhecimentos diferentes.

O Presidente do CNS informou que iria pedir reuniões ao Ministro da Saúde e à Assembleia da República, entregar o Relatório de Atividades, apresentar o Plano de Atividades e a intervenção do CNS. Mencionou ainda que o CNS é um espaço único em Portugal, com 30 postos de observação diferentes das mesmas realidades e que podia ainda ser enriquecido e alargado, solicitando contributos a outras entidades.

O Prof. Doutor Jorge Soares concordando, considerou que o alinhamento interno do trabalho a desenvolver seria a parte mais difícil, questionando se o processo a adotar seria baseado em resultados, se os grupos de trabalho iriam procurar o que existe, se perante um conjunto de variáveis a considerar, o que se iria extrair.

O Presidente do CNS reiterou que, sendo a proposta aceite, cada um dos grupos de trabalho faria o seu percurso, cabendo à Prof^a Isabel Loureiro acompanhar os grupos, evitando repetições e omissões.

Pretendia-se ter a perceção do que está feito e o do que era necessário fazer, com um resultado final inovador ao identificar todas as políticas públicas, articulando as políticas públicas nacionais e locais, com intervenção do Estado e da Sociedade.

O Doutor Orlando Monteiro da Silva achou que era necessário fazer uma abordagem articulada entre saúde/educação/segurança social e a intercomunicação entre essas áreas ministeriais, considerando os determinantes sociais fundamentais.

A Prof^a Isabel Loureiro considerou necessário desenvolver um trabalho integrado dos três grupos, aprofundar e afinar as questões a abordar, entendendo que o levantamento das políticas públicas abrangeria o Estado e a Sociedade.

Por sua vez a Dra. Piedade Líbano Monteiro e a Dra. Joaquina Castelão referiram a desarticulação e descoordenação das respostas existentes, sendo imperioso a articulação entre ministérios e serviços e entendendo que as autarquias seriam os melhores parceiros.

O Presidente propôs então, a organização de três grupos de trabalho que definiriam os termos de referência. Os grupos começariam a trabalhar em fevereiro. Ficaria planeada uma reunião plenária a meio do ano, para mostrar o que já foi feito, ouvir os grupos e recolher contributos.

Sugeriu ainda que os grupos de trabalho fossem constituídos por dois representantes das ordens profissionais, dois representantes das associações dos utentes e dois membros do CNS que estivessem mais próximo dos temas em questão, disponíveis e interessados. Os grupos seriam acompanhados por dois peritos.

Suspendeu-se a reunião por 10 minutos, para se constituírem os três grupos de trabalho com os seus representantes.

GT-A: Saúde e Educação	GT-B: Saúde, Economia e Direito	GT-C: Saúde e Ambiente
Representantes Utentes		
Piedade L. Monteiro (APSA)	Joaquina Castelão (FamiliarMente)	Vítor Veloso (LPCC)
José Boavida (ANDP)	Carlos Braga (MUSP)	Sofia Crisóstomo (GAT)
Ordens Profissionais		
Ana Maria Fonseca (OE)	Ana Paula Martins (OF)	Miguel Viveiros (OB)
Telmo Baptista (OP)	Orlando Monteiro da Silva (OMD)	Alexandra Bento (ON)
Outros Conselheiros		
Alexandre C. Caldas (CRUP)	Manuel Lemos (CNES)	Paulo Cleto Duarte (CPCS)
Jorge Soares (CNECV)	Dina Carvalho (CPCS)	Pedro Cegonho (ANAFRE)
Alfredo Monteiro (ANMP)	Alfredo Monteiro (ANMP)	
Peritos		
Isa Alves	Gonçalo Augusto	Inês Fronteira
Ana Pedroso	Joana Alves	Joana Alves

Ficou acordado informar e questionar os membros do CNS ausentes, se pretendiam integrar algum desses grupos de trabalho.

Relativamente ao plano de atividades para 2018 foi ainda sugerido debruçarem-se sobre a ADSE, cuja problemática tem sido tema de interesse. O Presidente lembrou que compete ao Governo e à Assembleia da República pedir parecer ao CNS e acrescentou que cada membro do CNS poderia sempre propor o debate e o estudo de temas que considerasse relevantes para o Conselho se pronunciar.

O Dr. Paulo Cleto Duarte perguntou se não era necessário elaborar o Relatório anual sobre a Saúde em Portugal e que poderia ser a evolução do anteriormente feito, a que o Presidente respondeu que estava englobado no Estudo proposto, se todos concordassem, a menos que fosse solicitado pelo Governo ou pela Assembleia da República.

Nada mais havendo a tratar, foi a presente reunião encerrada, pelas 13h00, dela se lavrando a presente ata.